

I Encontro Paulista de Professores de Literatura Portuguesa

Expediente

Apresentação

Índice

Programação

Artigos

História, Memória, Perspectivas

Universidade de São Paulo

11 a 13 de maio de 2005

ANAIS

Organizadores dos anais: Aparecida de Fátima Bueno
Annie Gisele Fernandes
Hélder Garmes
Paulo Motta Oliveira

São Paulo, 2008

USP

**Palavra
Chave**
comunicação e informática

A Presença da História em A Cidade e as Serras

Giuliano Lellis Ito Santos¹

Je ne puis assurer mon objet; il
va trouble et chancelant, d'une
ivresse naturelle
Montaigne, Essais.

Apresentação

Uma versão mais completa deste trabalho foi entregue como relatório de iniciação científica à FAPESP. O projeto tinha como objetivo entender como a História está inserida no romance semipóstumo de Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*.

Romance e História

A importância da História na obra literária já fora levantada pelo teórico alemão Erich Auerbach,

o tratamento sério da realidade quotidiana, a ascensão de camadas humanas mais largas e socialmente inferiores à posição de objetos de representação problemático-existencial, por um lado – e pelo outro, o engarçamento de personagens e acontecimentos quotidianos quaisquer no decurso geral da história contemporânea, do pano de fundo historicamente agitado – estes são, segundo nos parece, os fundamentos do realismo moderno.²

Dentre os fundamentos do realismo moderno, o que mais interessa a este ensaio, é o segundo, em que a trama é construída tendo como fundo a história contemporânea à obra.

O romance realista moderno, se for entendido como a apreensão exata da realidade, poderá ser posto em paralelo à historiografia, pois ambos construiriam um discurso em que o mundo estaria completo e a verdade estivesse dita.

O discurso histórico, no século XX, foi posto a prova. Hayden White sugeriu uma leitura das “obras dos mestres reconhecidos da historiografia europeia do século XIX”³ e dos principais filósofos do mesmo período, propondo a leitura de que a

¹ Mestrando em Literatura Portuguesa na Universidade de São Paulo.

² AUERBACH, 2002, p.440.

³ WHITE, 1992, P.17.

organização de suas obras seguia as premissas de uma poética, relacionando-as com o desenvolvimento

do romance realista, do diário íntimo, das crônicas, dos museus, da fotografia, dos documentários, etc. Efetivamente, todos estes discursos se articulam sobre o real perdido (passado); reintroduzem como relíquia, no interior de um texto fechado, a realidade se exilou da linguagem.⁴

O discurso romanesco se relacionado ao discurso histórico, ou o contrário, dá subsídios para a análise proposta neste trabalho, pois a articulação desses dois discursos cria a intertextualidade, ou a polifonia, como já foi apontado no caso dos discursos concorrentes.

Eça e a História

A relação ficção-história fica mais clara quando percebida “a relevância dos factos históricos na economia do romance e a pertinência da sua articulação com o universo e a dinâmica da ficção”,⁵ afirma Carlos Reis acerca da obra de Eça de Queirós.

A ficção semipóstuma do autor, ou o último Eça, são consideradas obras de reconciliação, a ponto de Jaime Cortesão acusá-lo de “aristocrata ingénito. Para Cortesão, a oscilação entre o Eça revolucionário e o aristocrata fez com que ele pudesse atingir uma síntese, em que “um dos caminhos (...) foi a história e, mais do que isso, o historicismo”.⁶ Um outro crítico, Antônio Sergio, vai classificar esse período como a fase Eça-Martins, em que o autor é impelido “para a mania do historicismo estético”.⁷

A Cidade e as Serras, inserido em sua ficção semipóstuma, revela, segundo Marie-Helène Piwnik, “um quadro cronológico suficientemente architectado para que o leitor atento possa datar o essencial da intriga em torno de 1887 e 1889”.⁸ Porém as datações variam, como a de Luís Adriano Carlos que data a ação em Paris de 1887-1891.

O importante nas datações supracitadas é a forma pela qual o autor organiza no romance o tempo das ações, e não as ligações que elas possam ter com “fatos”

⁴ DE CERTEAU, 1982, p.52, grifo do autor.

⁵ REIS, 1999, p.111.

⁶ CORTESÃO, 1949, p.52.

⁷ SÉRGIO, s.d., p.94.

⁸ Dicionário de Eça de Queirós, 1993, p.203.

históricos contemporâneos ao romance. Estas datas quando confrontadas ao momento histórico, em que *A Cidade e as Serras* é ambientada, traz alguns desvendamentos possíveis.⁹

Memória

Eça de Queirós classificou, em carta a seu editor, Mathieu Lugan, de 1893, *A Cidade e as Serras* de “une nouvelle phantaisiste”. Levando em conta a fantasia em contraste às primeiras convicções literárias do autor, o Realismo, é possível afirmar que existe uma dupla natureza nessa obra, pois ao colocar um Narrador em primeira pessoa, que não é digno de confiança,¹⁰ impõe ao leitor uma barreira, a memória do mesmo.

Nesse caso, “o fato de a narrativa depender da memória imperfeita e falível de Zé Fernandes torna-a particularmente precária enquanto narração objetiva e fiel dos acontecimentos”.¹¹

A questão de essa obra oscilar entre o fantástico e o realista, também foi ressaltada por Carlos, acerca da temporalidade histórica como uma possibilidade de dupla interpretação:

Em suma, ou Eça é realista, e a acção decorre nos primeiros anos da década de 90, ou é fantasista, e nesse caso deforma a temporalidade histórica, numa ficção em que o dígito e o número funcionam como elementos estruturantes, quer da narrativa, quer do próprio narrador.¹²

A princípio é necessário dar as linhas de entendimento da memória para este trabalho, pois ela será entendida como o elemento formador de toda a fantasia existente em *A Cidade e as Serras*.

A reminiscência foi percebida por Eça como elemento prejudicial a sua produção ainda ligada à escola naturalista, pois em carta a Ramalho Ortigão, acerca da escritura de seus romances na Inglaterra, Eça escreve que

para escrever qualquer página, qualquer linha tenho de fazer dois esforços: – desprender-me inteiramente da impressão que me dá a sociedade que me cerca – e evocar por um retesamento da reminiscência e sociedade que está longe. (...) Longe do grande solo de observação – em lugar de passar para os livros, pelos meios

⁹ Ver PIWNIK (1993), MEDINA (1974), SOUSA (1996), CARLOS (2005).

¹⁰ SOUSA, 1996, p.52.

¹¹ Idem, p.80.

¹² CARLOS, 2005, p.102.

experimentais, um perfeito resumo social – vou escrevendo, por processos puramente literários e a priori, uma sociedade de convenção, talhada de memória.¹³

Apesar de ainda confiar na observação, como professada pelo romance experimental naturalista, Eça reconhece a reminiscência como constituinte de sua escrita.

Guerra da Cal atesta que a forma pela qual o escritor português focalizava a realidade e seus fenômenos, com “o seu acentuado impressionismo”, manifesta-se desde cedo “e se torna cada vez mais perceptível à mediada que o escritor vai se libertando da passageira influência da ortodoxia naturalista”, dessa forma o escritor vai firmar a sua própria visão estética, “tornando mais evidente em sua prosa uma ‘voluntad de representar las sensaciones que las cosas le provocan [...] y no las mismas’”.¹⁴

Assim, em *A Cidade e as Serras*, Eça procura construir um Narrador *falho*, como é falha a memória humana. Por isso, as datas e a continuidade cronológica do romance serem, de certa maneira, confusas, por que a memória do Narrador reconstrói um passado descontínuo.

A fantasia, proposta como leitura neste trabalho, é justificada pela intenção do autor em mimetizar o modo de reconstrução do “aconteceu”, mesmo que esta intenção tenda a um realismo maior do que o realismo convencional da escola que leva o mesmo nome.

É importante destacar que em nenhum momento do livro o Narrador faz menção a tipo algum de anotação em forma de diário ou mesmo de caderno de notas. Dessa forma, intui-se que os acontecimentos, testemunhados por ele, são recriados, única e exclusivamente, a partir da memória. O Narrador reconhece, em diversos pontos do romance, a lembrança, e a exprime verbalmente, como percebe-se nas seguintes expressões: *se bem recordo* (p. 497)¹⁵, *não recordo* (p.520), *só conservo a impressão* (p. 521), *me recordo* (p. 542), *eu perdera a memória* (p. 631).

¹³ QUEIRÓS, 2000, v. 4, p.123, grifos meus.

¹⁴ GUERRA DA CAL, 1981, p.83.

¹⁵ As notas sobre o livro *A Cidade de as Serras* dirão respeito a edição da Editora Nova Aguilar, 1997, organizada por Beatriz Berrini, este livro está no volume II, daqui em diante as indicações serão feitas entre parênteses, constando somente o número da página.

Afora estas expressões, outras formas podem comprovar a precariedade do Narrador, como as incongruências de continuidade, que são exemplos a oscilação do número de livros na biblioteca de Jacinto, que, aparentemente, são 30 mil, mas outras passagens aparece como 70 mil, é também exemplo a duração do caso entre Madame Colombe e Zé Fernandes, 7 semanas ou 3 meses, ou a duração da estada de Zé Fernandes em Paris que oscila entre 27 e 13 meses, ou ainda, na variação no número de malas de Jacinto, 23 ou 27.

Bem, para esse Narrador que conta histórias *profusamente e exagerando*, não é de se estranhar que as variações fossem exageros deste homem serrano e simples.

Porém, Frank F. Sousa reconhece o Narrador como um homem “culto, inteligente e a par das ideias da época” e que possui “conhecimentos relativamente profundos da tradição ocidental, tanto judaico-cristã como greco-latina”.¹⁶ Ainda é importante notar o conhecimento da retórica por parte do Narrador, pois apresenta o *chefe de Estação*, Pimenta, como seu *condiscípulo de retórica*.

Dessa forma, pode-se perceber a narrativa, claramente, dividida em três instâncias, em que Zé Fernandes figura como:

1. arquivista e cronista da vida do amigo, Jacinto;
2. protagonista de algumas ações; e
3. Narrador em terceira pessoa.

Portanto a narrativa depende, em primeiro, do escopo do Narrador, ou a vida de Jacinto vislumbrada por ele, em segundo, da experiência pessoal de Zé Fernandes, e, em terceiro, da reconstrução da história de D. Galião e Cintinho, provavelmente, contada por Angelina Fafes (avó de Jacinto), que precisou de uma pesquisa histórica, como será demonstrado mais adiante. Porém, não se pode esquecer que as três instâncias são determinadas pela memória do Narrador.

As duas primeiras instâncias dependem totalmente da memória do Narrador, pois são nessas que estão as incongruências já citadas. Mas, na terceira instância, em que Zé Fernandes narra, em terceira pessoa, a história anterior a Jacinto, fica evidente a

¹⁶ SOUSA, 1996, p.64.

confusão entre o “fato” e a imaginação. A narrativa parece de segunda mão, pois Zé Fernandes não era nem nascido quando D. Galião e sua família saíram de Portugal.

Há nessa narrativa algo que Peter Burke chama a atenção como comum no período moderno, quando “muita gente lia a Bíblia com tanta frequência que esta se tornara parte do próprio indivíduo, organizando as suas percepções e as suas recordações”.¹⁷

Assim, a seguinte passagem assemelha-se à fuga de José, Maria e o menino Jesus dos romanos:

Na estrada de Orleans, numa noite agreste, o eixo da berlinda em que jornadeavam partiu, e o nédio senhor, a delicada senhora da casa de Avelã, o menino, marcharam três horas na chuva e na lama do exílio até a aldeia onde, depois de baterem como mendigos a portas mudas, dormiram nos bancos duma taberna. (p. 478)

Esta primeira parte da narrativa traz, também, algo que o autor critica no Nun’Álvares de Oliveira Martins, em carta de 26 de abril de 1894, “não me agradam muito certas minudências do detalhe plástico, como a notação dos gestos”,¹⁸ uma vez que ali se tratava da escrita da História e não da ficção, o que, no entendimento de Eça, faria com que o texto perdesse em credibilidade. Essas minudências estão presentes na reconstituição da viagem de D. Galião e família para o exílio, que pode ser lido como uma crítica à escrita da história que inventa a memória:

e o digno fidalgo, rebolando pelas escadas em camisa, até o pátio, enterrou o pé nu numa lasca de vidro. Então ergueu amargamente ao céu o punho cabeludo, e rugiu: Irra! É demais! (p. 478)

A fantasia da memória apresenta-se, também, na necessidade de exatidão de Zé Fernandes, que em diversos momentos contabiliza os objetos como: os *quatorze minutos* que Jacinto se penteava, as *doze linhas* dos Ecos de Paris sobre a inundaçã, os *oito metros de Economia Política*, os *trezentos e oito tratados sobre Astronomia*.

Esses números servem para criar confiança no leitor desavisado, que acaba por acreditar nas palavras não confiáveis do Narrador. Entretanto, depois de haver demonstrado que há incongruências em alguns números, dados pelo Narrador, é de se desconfiar dessa exatidão.

¹⁷ BURKE, 1992, p.242.

¹⁸ *Correspondência*, 1995, p.167.

Aparentemente, o Narrador parte de premissas positivistas para compor esta história, mas encontra pela frente as incongruências de sua memória falha. Dessa forma, os números iludem o leitor, que dão uma impressão de exatidão. A citação de “fatos” históricos também apresentam esta função.

História

A História aparece como forma de ilusão realista, servindo-se das citações de “fatos” e datas Históricas para dar credibilidade ao texto.

Ao tomar o início de *A Cidade e as Serras* como exemplo da citação da História, pode se reconstruir a cronologia interna texto através dos “fatos” históricos citados.

A ação, a seguir, ocorre logo após o Infante D. Miguel ter socorrido Jacinto Galião, na travessa da Trabuqueta:

E Jacinto, aturdido e deslumbrado, reconheceu o sr. Infante D. Miguel!
Desde essa tarde amou aquele bom Infante como nunca amara, apesar de tão guloso, o seu ventre, e apesar de tão devoto o seu Deus! Na sala nobre de sua casa (à Pampulha) pendurou sobre os damascos o retrato do “seu Salvador”, enfeitado de palmitos como um retábulo, e por baixo a bengala que as magnânimas mãos reais tinham erguido do lixo. Enquanto o adorável, desejado Infante penou no **desterro de Viena**, o barrigudo senhor corria, sacudido na sua sege amarela, do botequim do Zé Maria em Belém à botica do Plácido nos Algibebes, a gemer as saudades do anjinho, a tramar o regresso do anjinho. No dia em que a Pérola **apareceu à barra com o Messias**, engrinaldou a Pampulha, ergueu no Caneiro um monumento de papelão e lona onde D. Miguel, tornado S. Miguel, branco de auréola e asas de Arcaño, furava de cima do seu corcel de Alter o Dragão do Liberalismo, que se estorcia vomitando a Carta. **Durante a guerra** com o “outro, com o pedreiro-livre” mandava recoveiros a Santo Tirso, a S. Gens, levar ao Rei fiambres, caixas de doces, garrafas do seu vinho de Tarrafal, e bolsas de retrós atochadas de peças que ele ensaboava para lhes avivar o ouro. E quando soube que o sr. D. Miguel, com dois velhos baús amarrados sobre um macho, tomara o caminho de Sines e do **final desterro** – Jacinto Galião correu pela casa, fechou todas as janelas como num luto berrando furiosamente:

– Também cá não fico! também cá não fico! (pp. 477-478, negritos meus)

As datas podem ser inferidas a partir dos “fatos”, que estão destacados no texto, onde se tem: o desterro de D. Miguel em Viena durou de maio de 1824 a fevereiro de 1828, seu retorno a Portugal em 22 de fevereiro de 1828, a guerra, cuja motivação foi a disputa pelo trono, durou de 1828-1834, e que teve seu fim em 26 de maio de 1834, com a Convenção de Évora-Monte, em que D. Miguel rendeu-se e foi expatriado.

A História de Portugal, presente nesse trecho, serve de impulsor das ações da personagem. Como se pode perceber, a vida do sr. Jacinto Galião serve, ao que parece, mais para apresentar um período histórico do país do que para apresentar a personagem.

Essa narrativa inicial está repleta de indicações históricas, de Portugal e de outros países.

Como é possível notar na passagem transcrita, em que há referências à *tomada de Varsóvia* (p. 478), ocorrida em 8 de setembro de 1831, após os poloneses levantarem-se contra o Czar Nicolau I em 29 de novembro de 1830.

Dessa forma, a compra do 202 de um *príncipe polaco* e a trajetória de D. Galião exigem uma leitura retrospectiva da História da Europa, pois, a presença de ambos em Paris, foi causada aparentemente pela derrota de suas idéias em solo pátrio: D. Galião viu as tropas liberais vencerem a guerra e D. Pedro IV assumir ao trono e o *príncipe polaco* viu suas terras voltarem ao domínio russo, após levante nacionalista. O curioso é que ambos os eventos ocorreram na década de trinta, período conhecido pela internacionalização das revoluções nacionalistas.

Outro paralelismo pode ser feito entre os eventos em que *Cintinho cuspiu sangue* pela primeira vez e o golpe de Estado de Luís Napoleão. Pode-se fazer uma ligação, primeiramente pela data, em que ambos os eventos ocorrem, no final de 1851, sendo que Cintinho cuspe sangue no outono e Luís Napoleão dá o golpe de Estado em 2 de dezembro. Secundariamente, é possível pensar em uma relação associativa, em que o *coup* se relacionaria com o sangue, sendo que este seria, por ventura, consequência daquele. Dessa forma, o episódio literário de Cintinho cuspir sangue pode ser entendido como uma alegoria do golpe de Estado de Luís Napoleão.

Nos trechos do romance, em que o Narrador não testemunha que conta, ele usa a citação de fatos e de datas para construção de seu discurso como forma de ilusão realista.

Outro exemplo do período em que o Narrador não testemunhou, pode-se citar a época da educação de Jacinto. Zé Fernandes afirma que Jacinto surgiu *para a vida intelectual, de 1866 a 1875, entre a batalha de Sadowa e a batalha de Sedan* (p. 481), ocorridas respectivamente em 1866 e 1870. O protagonista cunha seu conceito, provavelmente, em 1875, após, segundo o Narrador, *ter ouvido constantemente (...) que*

fora a Espingarda-de-agulha que vencera em Sadowa e fora o Mestre-de-escola que vencera em Sedan. A relação, entre o conceito de Jacinto e as duas batalhas, é a de que a tecnologia e a informação deram a vitória aos prussianos, pois a rapidez da ação em Sadowa surpreendeu os príncipes alemães e na batalha de Sedan a indiscrição da imprensa francesa, vazando informação, fez com que os franceses perdessem a batalha e a guerra. Dessa maneira, Jacinto fez uma simplificação das constantes aulas sobre essas batalhas, afirmando, segundo o Narrador, que *a felicidade dos indivíduos, como a das nações, se realiza pelo ilimitado desenvolvimento da Mecânica e da Erudição* (p. 481), este conceito, posteriormente, foi reduzido em uma forma algébrica por *Jorge Carlande*:

Suma ciência X Suma potência = Suma Felicidade

O Narrador apresenta os “fatos” históricos de forma a permitir que a interpretação dos eventos tenha como resultado a construção da teoria de Jacinto sobre a *felicidade*, e, posteriormente, a transformação desta em forma matemática.

Quando Zé Fernandes conhece Jacinto no *quartier latin*, passa a narrar os acontecimentos de que foi testemunha, modificando, de certa forma, o seu modo de organizar os “fatos” históricos, usando a memória como constituinte da construção.

Este trabalho entende que Eça de Queirós teve a intenção de criar um narrador falho, em que a continuidade fosse construída pela memória, causando impossibilidade de recompor o passado cientificamente como versavam os preceitos positivistas. Para isso, o autor contrapõe o Narrador em primeira pessoa, com um discurso não confiável, ao cientificismo da segunda metade do século XIX.

A organização do enredo do romance perde, a partir do retorno de Zé Fernandes a Paris, o caráter de explicação historicista e passa concentrar-se na rememoração dos fatos pelo Narrador, ocorrendo aí incongruências, primeiramente, entre o ano de invenção dos utensílios do 202 e a data atribuída à ação do romance.

Para ilustrar a situação comentada acima, serão citados alguns dos inventos presentes no 202, os que destoam ou os que têm datas próximas à datação interna do romance:

– fonógrafo, a invenção data de 1877, mas durante a década de 80 “tornara-se famoso pela sua magia, mas também pelas suas avarias, facto que reflete ficcionalmente (...) na inoperacionalidade de três aparelhos no 202”;¹⁹

– grafofone, foi inventado em 1886, mas começou a ser comercializado somente em 1889;

– ascensor, inventado em 1853, não era uma realidade em 1889;

– o teatrafone esteve patente na Exposição Universal de Paris de 1889.²⁰

Esses inventos serviriam tanto para datar a ação do romance quanto para confundir o leitor, pois como se pode perceber, as datas das invenções que coincidem com as do romance servem para recomposição da cronologia interna e as posteriores a ação confundem o leitor, construindo, assim, a impressão de rememoração.

Os inventos e os “fatos” históricos permitem a datação de algumas ações, como se pode ver em:

1. Silvério em dado momento afirma: “agora que por toda parte anda tudo em República? Leia o *Século*” (p. 589-590). Com a citação de um jornal republicano, o caseiro parece fazer menção a Revolta republicana do Porto, ocorrida em 7 de janeiro de 1891;

2. no aniversário de Zé Fernandes em Guiães (p. 607-617) há a alusão de que Jacinto seria miguelista e esconderia D. Miguel em sua quinta. Em concordância a essa ocorrência temos que em 11 de outubro de 1891 a imprensa progressiva descobria que o governo regenerador havia negociado, através do Conde de Burnay, um grave empréstimo em Paris, em que se comprometera o monopólio do tabaco e se prometera pagar os títulos de D. Miguel.

3. em conversa com o Duque de Marizac há a seguinte citação “tivemos os Anarquistas” (p. 626), fazendo, provável, alusão aos ataques anarquistas de 1892-1894, situando a ação posterior a esses eventos;

¹⁹ CARLOS, 2005, p.100.

²⁰ Datas e citações retirados do texto já citado de Luís Adriano Carlos.

4. na fala do criado do *Julien* vê-se que as prostitutas são “mulheres de Madagascar... foram importadas quando a França ocupou a ilha” (p. 632). Realmente a França ocupou Madagascar e impôs um tratado de protetorado em 6 de outubro de 1895, e em 1896 esta ilha foi declarada colônia francesa.

Essas duas últimas incongruências permitem datar a ação final do livro provavelmente em 1896, posterior aos atentados anarquistas e a ocupação francesa de Madagascar.

Já a leitura das duas primeiras situar-se-iam no campo da memória do Narrador. Visto que, a ação de Paris passa-se entre 1887 e 1891²¹, a construção do espaço ocorreria de forma estática. Como se o Narrador, narrasse no tempo um espaço apreendido em uma passagem por Paris. A explicação de como os inventos com datas posteriores a ação (ascensor, teatofone, grafofone), ou a apresentação do *Lohengrin* na Ópera (1891), podem figurar no 202 de 1887, é que o Narrador narra os eventos no espaço apreendido por ele no 202 de 1891. Ou seja, Zé Fernandes estava em Paris em 1891, e o romance provavelmente mostra ações deste ano, mas o Narrador as organiza como ocorridas entre os anos de 1887 e 1889. Sendo assim, é possível compreender porque esses inventos e a apresentação, datados depois de 1889, figuram na ação.

Portanto, a distorção do plano temporal no romance, ocorre pelo olhar que Zé Fernandes incide sobre os objetos do passado, e pela forma que ele organiza a narrativa, com o intuito de iludir o leitor acerca da veracidade dos fatos.

A História não só proporciona a ilusão realista, mas também, é formadora do sentido do romance, pois os conflitos históricos ocorridos ao longo de *A Cidade e as Serras* têm, aparente, influência no seu andamento.

A História também funciona como explicação retrospectiva e externa aos acontecimentos do romance, permitindo que a leitura detida dos “fatos” ficcionais e históricos desvele um novo significado.

²¹ Ver CARLOS, 2005.

As ações, ficcional e histórica, ocorrem paralelamente no tempo, constituindo discursos concorrentes, que se entrecrocavam manifestando diferentes pontos de vista sobre um dado objeto.²²

Conclusão

A memória foi tratada como organizadora da narrativa, entendendo-a a partir de suas falhas. Estas comprovam a intenção do autor em criar um Narrador falho, que reconstrói a vida de um amigo em forma de narrativa, citando fatos relevantes como forma de compor a verossimilhança.

A História serve de elemento formador da ilusão realista, mesmo que em diversos momentos ela funcione de modo contrário.

O discurso histórico e o ficcional ocorrem paralelamente no romance, constituindo discursos concorrentes, em que a contraposição torna-se relevante no momento da interpretação.

Dentre as diversas dualidades já apontadas em *A Cidade e as Serras*, ainda não figurava a de História e ficção. Talvez com a proposta de memória e História tenha aproximado da leitura semiótica de Fiorin, em que é proposta a antítese *ordenado vs não-ordenado*²³, onde ter-se-ia a História, nos moldes positivistas, como núcleo ordenado e a memória, com as suas associações, como núcleo não-ordenado.

Desse modo, o romance seria composto, quando pensado através da História, de forma a demonstrar a impalpabilidade do passado pelo ser humano, já que a sua reconstrução depende da lembrança, e essa é imprecisa.

Contudo, a contradição aí existente permite que se questione a maneira pela qual a História de verve positivista era elaborada no final do século, colocando em cena as imprecisões de uma narrativa aparentemente objetiva e analítica de uma trajetória pessoal. Talvez seja essa a história pensada por Eça: uma História que permitiria ao leitor perspicaz duvidar de seu narrador e procurar saber de onde ele fala.

²² FIORIN, 1997, p.478.

²³ *Idem.*

Bibliografia

- AUERBACH, Erich. *Mimesis, a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BURKE, Peter. *O mundo como teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.
- CARLOS, Adriano Luís. “A máquina do tempo nº 202”. in BAPTISTA, Abel Barros, *A Cidade e as Serras, uma revisão*. Lisboa: Angelus, Novus Editora, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- Correspondência, J. M. Eça de Queirós, J. P. Oliveira Martins. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- CORTESÃO, Jaime. *Eça de Queirós e a questão social*. Lisboa: Seara Nova, 1949.
- LISBOA, A. Campos Matos. *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2ª Ed. Lisboa: Caminho, 1993.
- FIORIN, José Luiz, “O espaço discursivo em *A cidade e as Serras*”. in MINÉ, Elza & CANIATO, Benilte Justo (orgs.). *150 anos com Eça de Queirós*. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses, 1997.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 4v.
- REIS, Carlos. *Estudos queirosianos*. Lisboa: Editorial Presença 1999.
- SERGIO, Antônio. “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós”. in *Obras completas, Ensaaios*, 3.ed. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1980, t.VI, p.53-120.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1985.
- SOUSA, Frank F. *O segredo de Eça, ideologia e ambigüidade em A cidade e as serras*. Lisboa: Livraria Cosmos, 1996.
- WHITE, Hayden. *Meta-história, a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz: elementos básicos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.